



MUROS E CONDOMÍNIOS FECHADOS: REESTRUTURAÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

WALLS AND CLOSED CONDOMINIUMS: RESTRUCTURING OF THE CITY OF RIO DE JANEIRO

Filipe Gomes Paulo – UFRJ – Rio de Janeiro - Brasil
filipegeouerj@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa a reestruturação da cidade do Rio de Janeiro refletindo sobre a lógica da desigualdade capitalista que se materializa em muros que separam pessoas e a emergência dos condomínios. Identificamos que estas alterações espaciais modificam expressivamente a vida pública e o espaço público que se expressa no surgimento destes condomínios fechados/exclusivos, provocam mudanças no espaço urbano e causam grande separação entre grupos sociais confinados a espaços homogêneos. Existem neste período de reestruturação fronteiras rígidas (i)materiais e que fragmentam os espaços que costumavam ser públicos e, a partir destes empreendimentos, servem para manter os grupos sociais separados que alteram as formas de ver e viver a cidade. O artigo analisa estas questões a partir de uma discussão sobre o conceito de reestruturação e os discursos que envolvem a criação dos muros e dos condomínios fechados na cidade do Rio de Janeiro.

PALAVRAS-CHAVE: Segregação social, padrões de diferenciação, separação, cidade.

ABSTRACT:

This article intends to analyze the restructuring of the city of Rio de Janeiro thinking logic of capitalist inequality that materializes in walls that separate people and the emergence of condominiums showing that this spatial change is expressively changing public life and public space that is expressed in the emergence Of these closed / exclusive condominiums that cause changes in urban space and cause great separation between social groups that are confined to homogeneous spaces, there are in this period of restructuring rigid boundaries material and symbolic that fragments spaces that used to be open and from these enterprises serve to maintain The separate distinct social groups that alter the ways of seeing and living the city. The article analyzes these issues from a discussion of the concept of restructuring and the discourses surrounding the creation of closed walls and condominiums in the city of Rio de Janeiro.

KEYWORDS: Social segregation, patterns of differentiation, separation, city.

INTRODUÇÃO

As transformações econômico-sociais e tecnológicas que o mundo contemporâneo presencia têm causado impactos em diversos campos, desde mudanças no modo de produção e organização do trabalho até aquelas que dizem respeito à reorganização do espaço. Tais transformações são multifacetadas, dicotômicas e, seus efeitos, desiguais: progressiva segregação espacial, separação e exclusão. O impacto da globalização acentuou a segregação residencial na medida em que ideais liberais determinaram os rumos das políticas públicas, promovendo a privatização dos serviços públicos e aumentando a desigualdade no acesso a esses serviços. No espaço urbano, assim como no campo da produção e do trabalho, também se evidenciam transformações que colocam em cena a formação de um novo sistema social que distancia grupos sociais distintos. Uma dessas alterações no espaço urbano é a crescente presença dos condomínios horizontais fechados, evidenciada no cenário das grandes cidades brasileiras, a partir da década de 1980, no qual insere o Brasil no processo de globalização, de acumulação e da ação especulativa dos mercados imobiliários (RIBEIRO, 2000)

A propagação desse tipo de moradia teve início, em parte, devido às ameaças sofridas pela população urbana de maior poder aquisitivo que, na tentativa de se proteger, ergueu muros altos, instalou grades e sistemas de alarme. Porém, tais dispositivos, ao mesmo tempo, não se mostraram suficientes para satisfazer o desejo de fazer parte do rol dos privilegiados que podem morar isolados e protegidos, convivendo com uma vizinhança homogênea, desfrutando prazerosamente de equipamentos sofisticados e de uma infraestrutura idealizada por todo cidadão (CALDEIRA, 2000). Esse modelo de morar caracteriza um novo padrão de segregação espacial e desigualdade social, substituindo o padrão dicotômico centro-rico / periferia-pobre, onde todos conviviam, por outro padrão, periferia-rica, estruturada, segura na qual convivem apenas aqueles que têm capacidade (recursos) para consumi-la. Este estudo tem como objetivo conhecer as expectativas dos moradores de um condomínio horizontal fechado, verificando como eles criam um universo simbólico distante da realidade concreta da cidade. Nesse sentido, se propôs a identificar o que é qualidade de vida na concepção desses moradores e conhecer os conceitos e referências que fundamentam a criação de um novo modelo de morar.

REESTRUTURAÇÃO DA CIDADE

Segundo Soja, a reestruturação transmite a ideia de ruptura nas intenções e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferentes nas vidas social, econômica e política que não deve ser encarada de forma mecânica ou automática e nem é possível prever seus resultados (SOJA, 1993).

A reestruturação da cidade (escala intraurbana) e reestruturação urbana (escala interurbana, no âmbito das redes urbanas) embora sejam processos diferentes entre si, eles se articulam e são complementares e nos auxiliam a entender a dinâmica e os processos propostos neste trabalho (SPOSITO, 2004). De acordo com Soja estamos num período de reestruturação que não é exclusivamente de estruturação do urbano e da cidade:

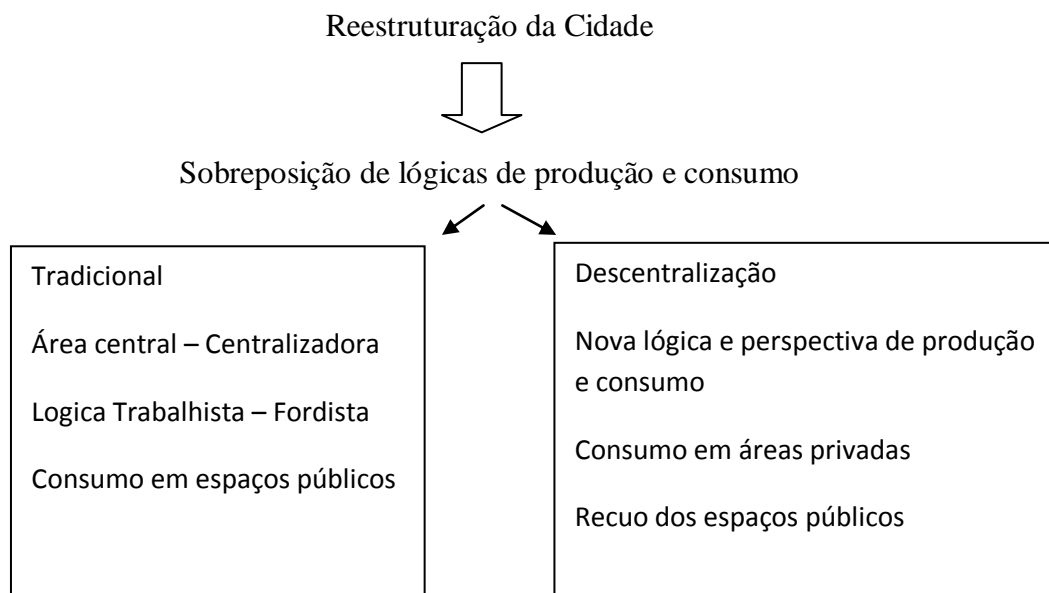
Em sua hierarquia de manifestações, a reestruturação deve ser considerada originária de e reativa a graves choques nas situações e práticas preexistentes, e desencadeadora de uma intensificação de lutas competitivas pelo controle das forças que configuram a vida material. Assim, ela implica *fluxo e transição*, posturas ofensivas e defensivas, e *uma mescla complexa e irresoluta de continuidade e mudança*. Como tal, a reestruturação se enquadra entre a reforma parcial e a transformação revolucionária, entre a situação de perfeita normalidade e algo completamente diferente (SPOSITO, 2004, p. 35).

O termo de “reestruturação”, se trata deste período aberto e denso conjunto das transformações na estrutura física e na vida social de processos que envolvem a reestruturação urbana e da cidade. Segundo Cardoso (2004) a reestruturação advém do momento em que as estruturas socioespaciais indispensáveis à acumulação se transformam em gargalos para aumentar o crescimento e, por conseguinte, a produção e reprodução do capital. Ou seja, quando as estruturas do momento em questão não acatam as necessidades do capital. Portanto, a ordem estrutural vigente já se encontra insuficiente exigindo, para além de ajustes para adaptação que não são suficientes uma expressiva mudança estrutural é necessária, isto é, reestruturação. Segundo Sposito (2004), conciliado aos de Milton Santos (1996, p.37):

a expressão reestruturação urbana para identificar rupturas no conteúdo e nas contradições, continuidades e descontinuidades, ações e reações associadas ao processo de urbanização, ou seja, pensando no sistema de ações. E a expressão

reestruturação da cidade para identificar a materialização de tais rupturas, no nível da cidade, ou seja, continuidades e descontinuidades territoriais, ações e reações, pensando no sistema de objetos.

A análise da cidade atual, no caso da Cidade do Rio de Janeiro dá importância ao debate sobre a reestruturação urbana a partir do consumo do e no espaço e a produção de espaços de consumo e sobre os interesses e conflitos no espaço urbano e na vida cotidiana que suscita questões sobre as modificações a na divisão territorial e social (ABREU, 1987). O debate acerca do processo de reestruturação urbana e da cidade teve “folego” na análise da geografia, nos últimos quarenta anos, em função de todas as mudanças pelas quais passa a cidade que é modificada não só a forma física, como também a forma de ver e viver a cidade (quadro 1).



Nos últimos 40 anos, os ajustes feitos no âmbito do capitalismo internacional, podem ser observados na cidade do Rio de Janeiro, expressos numa modificação da divisão territorial e social que é acompanhada da reestruturação urbana e da cidade e os indicadores dessas mudanças está no aumento dos condomínios fechados e shoppings centers de acesso controlado e vigiadas que estabelecem novas formas de segregação socioespacial, além da construção de muros que modificam a parte física e social na cidade (BECK, 2011)

A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

A segregação do tipo “clássico” no Brasil, assim como no Rio de Janeiro é de “empurrar” as classes mais pobres para espaços desprezados pelas elites. No Rio de Janeiro, as casas de cômodo e cortiços foram na maior parte removidos e reposicionados em áreas mais distantes das áreas centrais em meados do século XX. Ao mesmo tempo, foram sendo ocupadas as encostas dos morros, depois as beiras de rios e canais e com os menos favorecidos ocupam as favelas nos interstícios dos bairros da classe média e da elite carioca e também se espalhando por loteamentos irregulares na periferia. Lotes distantes do centro, na maior parte das vezes, sem água, luz e esgoto, mal servido por equipamentos públicos e que, por esta razão, custaram pouco (ABREU, 1991) (Figura 1).



Figura 01 - Processo de remoção dos moradores das palafitas da Maré – Década de 1970 na cidade do Rio de Janeiro.

Fonte: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

As classes sociais menos abastadas desde sempre frequentaram os espaços de vivência dos ricos e da classe média, lá trabalhando como vendedores, empregadas domésticas, prestadores de serviços e outras funções, o contrário jamais aconteceu: as favelas continuamente são evitadas. Stefan Zweig no livro Brasil, país do futuro escreveu algumas palavras sobre a cidade do Rio de as favelas nos anos 1940:

Algumas das coisas singulares, que tornam o Rio tão colorido e pitoresco, já se acham ameaçadas de desaparecer. Sobretudo, ‘ as favelas’, as zonas pobres em plena cidade, será que ainda as veremos daqui a alguns anos? Os brasileiros

não gostam de falar dessas ‘favelas’: do ponto de vista social e do ponto de vista higiênico, constituem elas um atraso numa cidade muito limpa e que, por um serviço modelar de higiene, em alguns anos se libertou inteiramente da febre amarela, que outrora nela era endêmica (ZWEIG, 1981, p. 157)

Zweig enganou-se que ao invés das favelas desaparecerem, elas se multiplicaram pelo tecido urbano carioca. Enquanto os mais ricos e as atividades econômicas vão consolidar os seus privilégios de ocupação, ocorre processos de urbanização distintos no qual a provisão de moradias para população de menor renda não se deu pela via do mercado formal ou do Estado. A favela foi uma das alternativas habitacionais encontradas pela população que não conseguiu acessar o mercado formal de moradias. Nos países periféricos, como o Brasil, os gastos com a moradia não foram incorporados aos salários pagos pela indústria e nem assumidos pelo Estado. Maricato (1996) aponta que a “favelização” das cidades está relacionada com as características excludentes do mercado imobiliário formal e com a “urbanização com baixos salários”. As mudanças econômicas e o crescimento urbano nascido de decisões políticas e conscientes tomadas pelos detentores do poder. (DAVIS, 2006) O governo demagógico e populista da década de 1930 atuou nas favelas. De 1930 “a 1950 a cidade do Rio de Janeiro teve um expressivo aumento da favelização no qual os “favelados” ocupam” as entrelinhas urbanas disponíveis. A segregação tradicional da cidade do Rio de Janeiro, com suas favelas “abertas”, eram separadas das demais áreas da cidade no imaginário da elite e da classe média que vai sendo modificada a partir dos anos de 1970 pelo fenômeno do controle territorial crescente das favelas por grupo de traficantes que alteraram a relação entre a favela e a cidade dita formal em questões simbólicas e materiais e tem como uma das consequências a segregação residencial induzida (Maricato, 2006).

Como já exposto dos anos de 1950 em diante a situação econômica e social da cidade se alteraria, devido a mecanismos financeiros para melhor controlar o mercado, digeriria o surgimento de novas classes e novos poderes sediados no meio urbano. Percebe-se que a ação do Estado foi fundamental nas décadas de 60 e 70 do século passado, sobretudo pelas agências federais BNH, sobre o espaço urbano carioca com os planos de financiamento para a classe média e alta para aquisição de imóveis e alteração das condições de moradia (SOUZA, 2001). (O ápice se daria no período dos anos de 68 e 74, é a época de ouro dos conjuntos para os pobres – programas habitacionais como as COHABS). Para os mais ricos o Estado funcionou como agente financiador de

empresas privadas que produziram milhares de apartamentos provocando grandes mudanças na morfologia da cidade (VAZ, 1998). De acordo com Ulrich Beck, a mudança não foi não apenas a arquitetura e na forma da cidade do Rio de Janeiro, como também o próprio planejamento urbano, é responsável por reforçar o individualismo em detrimento da vida social (BECK, 2011, p. 187).

No final dos anos 60 o Rio de Janeiro apresentava em algumas áreas uma nova fisionomia em que se estabeleceram novas condições de acumulação do capital. Há uma classe média ascendente, bastante favorecida com os benefícios do milagre econômico beneficiando os novos empreendimentos econômicos ligados a habitação urbana. Na década de setenta, a ação do Estado e do capital nos meios urbanos vai enfim fazer-se completamente. Sintomaticamente, surge uma novidade urbanística que funde os dois modelos até então usados em separado. O condomínio exclusivo realiza, ao mesmo tempo, os ideais do racionalismo e do culturalismo. Segundo Lago:

O condomínio é racionalista porque investe em uma versão totalizante do meio urbano. Sua concepção é autoritária e visa à eficiência. O espaço é concebido para um homem padrão e pretende responder a seus requisitos básicos. A solução é universalizante e independente das condições locais, pode ser implantada em qualquer lugar (LAGO, 2000, p. 123)

Nenhum destes atributos é novidade. Estão todos presentes em Brasília. Aparecem em qualquer conjunto habitacional do BNH. A grande diferença é que o agente financiador agora é o capital privado. O Estado só entra com suportes básicos – sistema viário e infraestrutura de saneamento gerando vetores de expansão. E neste momento o condomínio exclusivo está sendo oferecido às classes ascendentes nas cidades brasileiras e no Rio de Janeiro. Após um breve período, ressurgem as expansões urbanísticas para os de maior poder aquisitivo. O desenvolvimento das cidades tornou a terra desejável cara. Os núcleos congestionados e com a lotação esgotada oferecem condições de vida que não são mais compatíveis com as aspirações de certas camadas sociais. O capital lhes oferecerá a solução para os dois problemas: uma fórmula de acesso que permita à propriedade e a realização do estilo de viver e de morar qualificado como exclusivo e especial. (SOUZA, 2001)O morador do condomínio é homogêneo, possui características sociais e econômicas semelhantes, os especialistas projetam o seu gosto e preveem as suas atividades. Junto com o espaço, é vendida uma fórmula da vida urbana. Tornar-se fácil verificar sua existência através de

prospectos de propaganda que prometem verde, lazer, segurança, ordem, conforto, subsídios práticos para o cotidiano, tudo racionalmente programado. Quem entrar em um destes nirvanas irá sentir-se a vontade e protegido. Será um igual entre os da sua classe. Carlos Nelson Santos denomina o condomínio fechado vertical como culturalista por que:

desde o início, um mundo fechado, com medidas automaticamente limitadas. A população é cuidadosamente prevista, impossível de ultrapassar, já que as construções obedecem a regras prefixadas. O número de moradias condiciona a oferta de infraestrutura e dimensiona os equipamentos. Completando tudo, há o muro, a cerca com entradas vigiadas. Em alguns casos há senhas: cartão de entrada, identificação eletrônica, circuito interno. Em outros há toques de recolher, como nas pequenas cidades medievais autocontidas. (SANTOS, 1987, p. 12)

Do ponto de vista da cidade, os condomínios fechados caracterizam-se por sua excentricidade. Sendo expansões pioneiras, exigem grandes extensões de terra desocupada, o que só existe fora dos núcleos. Em alguns casos esta terra pode estar até próxima como é o caso da Barra da Tijuca. De qualquer forma é necessária uma ação preliminar do poder público, criando condições de acessibilidade, com privilégios para o veículo privado. No Rio de Janeiro, o espaço de auto segregação é a Barra da Tijuca que começa a ser congregado ao tecido urbano a partir de meados da década de 1970. Neste período a ocupação de novas áreas, adotava uma frente pioneira de elite e classe média que acompanhava a linha da costa no qual os grupos que ocupam os condomínios têm no automóvel o seu totem. A sua existência corresponde à expansão da indústria automobilística no país e há aí uma relação dialética.

Os condomínios podem constituir-se por loteamentos convencionais e por conjuntos de blocos residenciais do tipo superquadra. No Rio de Janeiro são comuns os casos mistos. De qualquer forma, são característicos os espaços de uso público, mas de propriedade privada coletiva, como ruas, praças e parques (CARDOSO, 1986). O modelo completo de condomínio fechado é o que apresenta, além das mansões, casas isoladas, casas geminadas e blocos de apartamentos, equipamentos urbanísticos diversificados: clubes, piscinas, saunas, quadras de esportes, áreas de lazer, pequenos comércios, lavanderia, serviços pessoais e até escolas. Há também condomínios que

possuem infraestrutura urbanística exclusiva, como estações de energia e de tratamento de esgoto.

O muro, à primeira vista, serve para isolar os de dentro excluindo os que têm que ficar do lado de fora. Na verdade, tem uma função latente, bem mais difícil de perceber, apesar de ser tão importante quanto óbvia: barreira física que envolve o conjunto. A cidade, que fica além dessas “fronteiras”, é acusada de anti-humana. Será, portanto, uma anticidade onde prolifera todo o socialmente indesejável: a insegurança, a violência, a mistura, a insalubridade (CALDEIRA, 2000).

O espaço da cidade perde aí a característica mais específica: não tem mais significado coletivo, nem possibilita, por esta abertura, as mais diversas apropriações. No condomínio, até o que é público – ruas, praças e parques – é privado, porque exclui e separa. Não se trata mais da propriedade potencial de todos que assim a representariam, ainda que nunca a usassem de fato.

UM ESTILO DE VIDA TOTAL – JORNAIS E OS CONDOMÍNIOS FECHADOS

A finalidade da propaganda é seduzir. Os anúncios, jornais e revistas usam um conjunto de valores que discorrem a respeito da sensibilidade e a fantasia das pessoas a fim de alcançar seus desejos. Para obter este resultado, os anúncios e as pessoas a quem eles recorrem têm de partilhar um repertório semelhante e estes anúncios publicitários em veículos de informação são fontes de dados sobre estilos de vida e as estimas das pessoas cujos anseios os publicitários elaboram e ajudam a moldar (CALDEIRA, 2000). Esta análise mostra que as classes altas veem nos condomínios fechados e exclusivos elementos que compõe os padrões de diferenciação e distinção sociais e, certamente, seu lugar na sociedade que é mediada por anúncios publicitários, pela construção civil e pelas indústrias automobilísticas, conforme anunciado pelo Jornal El País:

O condomínio, como tem sido desenhado, ao mesmo tempo em que interrompe o tecido urbano – ao criar grandes quarteirões isolados e murados –, também faz com que as pessoas só andem de carro, reforçando uma característica já cruel das cidades brasileiras que é um modelo de deslocamento voltado para o transporte individual e não coletivo. O fato de o transporte coletivo ser um dos principais problemas estruturais do país reforça tudo isso (JORNAL EL PAÍS, 6 nov. 2016).

Alguns conceitos são fundamentais para este “novo” modelo e forma de morar: segurança, serviços, isolamento e homogeneidade em que a imagem que confere maior status social é a da segurança não há um ambiente seguro e vigiado, entre os seus “iguais”.

O condomínio Ilha Pura foi propagandeado no jornal O globo no dia 6 de setembro de 2014 (Figura 2) em um anúncio de duas páginas que detalhava como seria a vida dos moradores, o texto principal afirmava:

Ilha Pura: Um novo bairro totalmente sustentável na Barra. Natureza ontem, hoje e amanhã : Entre a lagoa da Barra, as montanhas e a poucos minutos da praia. Em Ilha Pura, cada momento é um convite para você ver, ouvir e sentir a vida que pulsa no bairro. Como no Parque de 72 mil metros quadrados de área verde que permeia os condomínios e traz um lugar único de convívio e contemplação. A expressão de morar bem ganha amplas proporções O projeto do Bairro Ilha Pura tem um compromisso com o bom gosto, o luxo e a sofisticação, que se reflete desde a escolha dos arquitetos aos materiais nobres utilizados em sua construção. Os revestimentos de fachadas, lobbies sofisticados e apartamentos espaçosos foram pensados para criar um bairro diferenciado e de alto padrão. Além de estar cercada de todas as facilidades e serviços da região da Barra, a Ilha Pura foi projetada para oferecer a conveniência que você precisa sem sair do bairro.

O Anúncio sugere um espaço diferente da cidade do Rio de Janeiro ao redor com seus problemas sociais e de violência expõe: uma vida de segurança, apelo à ecologia e lazer e essas imagens são partilhadas por aqueles que decidem deixar os espaços de grande aglomeração para viver nos condomínios fechados/exclusivos como o Ilha Pura. A insegurança da cidade do Rio de Janeiro como já exposto no texto é explorada pelo marketing imobiliário para vender o modelo do condomínio, devido a presença do tráfico e das favelas foi construindo um discurso para justificar este novo tipo de empreendimento urbano e de investimento, além de ter um apelo ao elemento da natureza e à paisagem natural, no qual a natureza tem valor de existência, a proximidade com o elemento natural valoriza os imóveis.



Figura 02 - Vista aérea do condomínio Ilha Pura na Barra da Tijuca na cidade do Rio de Janeiro
Fonte: Jornal do Brasil

Os novos sistemas de segurança não oferecem apenas segurança, mas também cria espaços de segregação que é material e simbólica em que o controle e o monitoramento são condições fundamentais para manter os “outros” de fora dos muros, para assegurar não só a exclusão, como a felicidade e liberdade no interior. Chico Buarque teceu algumas considerações acerca deste modelo de segurança atual dos condomínios fechados:

"O vigia na guarita fortificada é novo no serviço e tem a obrigação de me barrar no condomínio. Pergunta meu nome e destino, observando os meus sapatos. Interfona para a casa 16 e diz que há um cidadão dizendo que é irmão da dona da casa. A casa 16 responde alguma coisa que o vigia não gosta e faz “hum”. O portão de grades de ferro verde e argolões dourados abre-se aos pequenos trancos, como que relutando em me dar passagem. O vigia me vê subindo a ladeira, repara nas minhas solas e acredita que eu seja o primeiro pedestre autorizado a transpor aquele portão. A casa 16, no final do condomínio, tem outro interfone, outro portão eletrônico e dois seguranças armados. Os cães ladram em coro e param de ladrar de estalo. Um rapaz de flanela na mão abre a portinhola e me faz entrar no jardim com um gesto de flanela. (...) O empregado não sabe que porta da casa eu mereço, pois não vim fazer entrega nem tenho aspecto de visita. Para, torce a flanela para escoar a dúvida e decide-se pela porta da garagem, que não é aqui nem lá. Obedecendo a sinais convulsos da flanela, contorno os automóveis na garagem transparente, subo por uma escada em caracol e dou numa espécie de sala de estar com pé-direito descomunal, piso de granito, parede inclinada de vidro, outras paredes brancas e nuas, muito eco, uma sala de estar onde nunca vi ninguém sentado. À esquerda dessa sala corre a grande escada que vem do segundo andar. E ao pé da grande escada há uma salinha que eles chamam de jardim de inverno, anexa ao pátio interno onde vivia o ficus. Eis minha irmã de pegoir, tomando o café da manhã numa mesa oval." (CHICO BUARQUE, Estorvo, 1991, p.14-16).

Chico Buarque denuncia nesta nova forma de viver a cidade a segurança não só material, mas simbólica que limita o acesso do “outro” a esses espaços vigiados e fechados que representam materialmente o esvaziamento da esfera pública e a construção de ilhas protegidas que segregam os que estão dentro dos que estão fora dos muros dos condomínios fechados. A obsessão pela segurança tem contribuído para a criação de zonas de segregação social. As camadas mais ricas da sociedade têm como alternativa os condomínios privados, geralmente, comercializados pelas imobiliárias de forma a ressaltar a segurança, a existência de espaços abertos , de lazer e de presença com a natureza para aqueles que neles residam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que na cidade do Rio de Janeiro ocorre o processo de reestruturação da cidade e do urbano que se expressa no surgimento destes condomínios fechados/exclusivos que provocam mudanças no espaço urbano e causam grande separação entre grupos sociais que estão confinados a espaços homogêneos , existem neste período de reestruturação fronteiras rígidas materiais e simbólicas que fragmentam espaços que costumavam ser abertos e a partir destes empreendimentos servem para manter os grupos sociais distintos separados que alteram as formas de ver e viver a cidade , e os grupos sociais no qual essas “cidades” segregadas por muros alimentam a ideia de que os grupos distintos pertencem a universos diferentes e percebemos que esta segregação contribui para a corrosão da cidadania e de restrição e recuo dos espaços públicos.

Os condomínios fechados não é um acontecimento independente, é uma versão residencial de uma nova configuração de segregação nas cidades contemporâneas que verificamos no Rio de Janeiro num processo amplo de reestruturação que afeta a vida cotidiana dentro e fora dos muros dos condomínios.

REFERÊNCIA

- ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLAN-RIO, 1987. 156 p.
- ABREU, Maurício de Almeida, VAZ, Lílian F. Sobre as origens da favela. In: *Anais. IV Encontro Nacional da ANPUR*, 1991.
- ANDRADE, L. “Os condomínios fechados e as novas dinâmicas metropolitanas.” In: SILVEIRA, R. *et al.* **Dinâmica imobiliária e reestruturação urbana na América Latina**. Santa Cruz do Sul, EDUNISC: 2006.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco – rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: 34, 2011.
- BUARQUE, Chico. **Estorvo**. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.
- CARDOSO, Adauto Lúcio, RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. **Dualização e reestruturação urbana**. O caso do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Públicas, IPPUR/Fase, 1996. 110 p.
- CARDOSO, Elizabeth Dezouart. **O capital imobiliário e a expansão da malha urbana do Rio de Janeiro: Copacabana e Grajaú**. 1986, 386f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia – IGEO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1986.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed.34/Edusp, 2000.
- DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- Jornal El País – 6 de novembro de 2016 - **O condomínio seguro que converte as cidades brasileiras em inseguras**.
- Novos condomínios exclusivos na Barra da Tijuca. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 15/11/2016. (O País – Retratos do Brasil).
- LAGO, Luciana Corrêa do. **A metrópole desigualmente integrada: as atuais formas de produção e (não) acesso ao espaço construído do Rio de Janeiro**. *Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR*, Rio de Janeiro, 2001, p. 1530-1539.
- LAGO, Luciana Corrêa do. **O que há de novo na clássica dualidade núcleo-periferia: a metrópole do Rio de Janeiro**. In RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org.). *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2000, p. 207-228.
- MARICATO, Ermínia. **Um mundo dominado pelas favelas**. In DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996, 265 p.
- SOJA, Edward. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1993, 223 p.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. **A prisão e a Ágora**. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 2001.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo**, 2004. 504f. Tese (Livre Docência)-Faculdade de Ciências e Tecnologia. UNESP-Campus Presidente Prudente. Presidente Prudente, 2004

VAZ, Lílian Fessler. Novas questões sobre a habitação no Rio de Janeiro: o esvaziamento da cidade formal e o adensamento da cidade informal. *Anais*. In: *XXI International Congress Latin American Studies Association*, Chicago, 1998, CDRom.

Bacharel e Licenciado em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista de Iniciação Científica PIBIC-CNPq da Universidade Federal do Rio de Janeiro no projeto de pesquisa sobre a multifuncionalidade e Reestruturação do Espaço Rural desenvolvido junto ao LAGET - UFRJ. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Recebido para publicação em 21 de dezembro de 2016.

Aceito para publicação em 21 de janeiro de 2017.

Publicado em 10 de março de 2017.

<https://doi.org/10.20873/uft.2317-9430.2017v6n9p22>